



RECURSO DE REVISTA - TST

Ministra Maria Helena Mallmann

DADOS ESTATÍSTICOS

Processos Recebidos e Julgados no TST

Ano de 2017 a 2019 (até junho)

TST	2017	2018	2019 (até junho)
Recebidos	278.755	322.831	199.582
Julgados	285.743	319.727	158.870

Processos Recebidos por Classe no TST

Ano de 2017 a 2019 (até junho)

Classe	2017	2018	2019 (até Jun)
Ação Rescisória (AR)	106	177	92
Ação Trabalhista - Rito Ordinário (RTOOrd)	13	8	4
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (AIRR)	166.258	199.410	141.574
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário (AIRO)	1.055	187	54
Cautelar Inominada (Caulnom)	-	-	-
Conflito de Competência (CC)	62	64	43
Consulta (Cons)	2	9	3
Correição Parcial e Reclamação Correicional (CorPar)	-	252	59
Dissídios Coletivos (DC)	4	7	9
Dissídios Coletivos de Greve (DCG)	2	4	1
Efeito Suspensivo (ES)	26	40	17
Mandado de Segurança (MS)	48	219	153
Pedido de Providências (PP)	-	28	11
Petição (Pet)	41	13	9
Recurso Administrativo (RecAdm)	5	3	26
Recurso de Revista (RR)	28.741	28.693	14.672
Recurso de Revista com Agravo (ARR)	7.505	6.866	4.500
Recurso Ordinário (RO)	2.681	4.516	3.081
Reexame Necessário (ReeNec)	50	42	9
Reexame Necessário / Recurso Ordinário (ReeNec e RO)	34	-	-
Restauração de Autos (RestAut)	-	-	-
Suspensão de Liminar e de Sentença (SL)	-	6	1
Suspensão de Segurança (SS)	2	8	-
Outros	234	288	132
Subtotal	206.869	240.840	164.450
Agravo (Ag)	21.468	36.809	14.775
Agravo Regimental (AgR)	6.817	408	60
Embargos (E)	7.951	7.853	3.451
Embargos de Declaração (ED)	21.661	20.262	8.658
Subtotal	57.897	65.332	26.944
RR, RO e ARR (Provimento do AIRR, AIRO e ARR)	13.989	16.659	8.188
Total	278.755	322.831	199.582

Maiores Litigantes no TST

Ranking	Nome da Parte	Polo Ativo	Polo Passivo	Total	
1º	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	6.431	3.424	9.855	
2º	UNIÃO	PROCURADORIA-GERAL UNIÃO	2.036	2.124	4.160
		PROCURADORIA-GERAL FEDERAL	687	2.727	3.414
		PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL	475	437	912
		TOTAL	3.198	5.288	8.486
3º	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	2.433	5.985	8.418	
4º	BANCO DO BRASIL S.A.	4.116	4.209	8.325	
5º	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	4.092	2.070	6.162	
6º	BANCO BRADESCO S.A.	2.022	3.462	5.484	
7º	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	2.231	2.428	4.659	
8º	ITAÚ UNIBANCO S.A.	1.129	3.126	4.255	
9º	CLARO S.A.	2.209	1.099	3.308	
10º	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP	1.838	1.160	2.998	
11º	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.636	1.289	2.925	
12º	OI S.A.	1.267	1.341	2.608	
13º	CONTAX-MOBITEL S.A.	1.326	1.119	2.445	
14º	BRASIL FOODS S.A. - BRF	1.277	1.067	2.344	
15º	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.	827	1.301	2.128	

Atividades Econômicas nos TRTs

TRT	 Administração Pública	 Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	 Comércio	 Comunicação	 Educação, Cultura e Lazer	 Empresa de Processamento de Dados	 Indústria	 Seguridade Social	 Serviços Diversos	 Serviços Domésticos	 Serviços Urbanos	 Sistema Financeiro	 Transporte	 Turismo, Hospitalidade e Alimentação	 Outros
1ª - RJ	5,0%	0,2%	10,5%	5,0%	2,8%	1,2%	12,5%	4,2%	15,5%	0,7%	2,6%	7,1%	7,8%	2,1%	22,7%
2ª - SP	3,5%	0,3%	8,6%	4,6%	1,7%	1,1%	15,2%	2,2%	13,9%	0,5%	0,9%	6,6%	6,7%	2,9%	31,3%
3ª - MG	3,6%	2,6%	10,2%	4,1%	2,3%	0,7%	22,9%	1,7%	9,5%	0,7%	1,7%	10,4%	7,6%	1,5%	20,5%
4ª - RS	5,4%	0,7%	10,1%	2,4%	2,1%	0,7%	23,5%	4,2%	12,4%	0,6%	4,4%	6,8%	4,9%	1,8%	19,8%
5ª - BA	17,4%	1,6%	8,8%	3,2%	3,2%	0,5%	16,6%	2,8%	13,9%	0,5%	2,7%	6,9%	5,2%	1,6%	15,1%
6ª - PE	5,5%	1,7%	10,3%	4,8%	2,0%	1,9%	17,2%	1,3%	12,6%	0,5%	4,0%	10,3%	5,7%	1,4%	20,9%
7ª - CE	13,9%	0,5%	8,4%	2,5%	1,8%	0,9%	21,9%	1,5%	11,7%	0,8%	2,0%	9,9%	3,5%	2,2%	18,5%
8ª - PA e AP	4,2%	6,6%	8,6%	2,3%	4,7%	0,3%	19,4%	1,2%	15,3%	0,6%	3,3%	4,9%	7,0%	1,5%	20,1%
9ª - PR	4,6%	2,4%	9,2%	4,5%	2,3%	0,4%	22,0%	2,5%	10,4%	0,3%	2,5%	8,9%	6,3%	2,4%	21,5%
10ª - DF e TO	10,5%	1,9%	12,4%	4,5%	2,7%	2,1%	6,0%	1,2%	11,4%	0,8%	2,8%	13,8%	5,5%	2,5%	21,9%
11ª - AM e RR	6,8%	0,9%	4,7%	1,2%	1,2%	2,1%	18,0%	2,6%	21,1%	1,1%	9,0%	4,6%	5,3%	1,0%	20,3%
12ª - SC	4,6%	1,0%	8,8%	3,2%	2,9%	0,8%	29,5%	2,9%	9,9%	0,3%	1,9%	5,7%	4,6%	3,0%	20,9%
13ª - PB	9,5%	1,0%	12,6%	6,1%	3,0%	0,8%	21,6%	2,1%	10,4%	1,2%	2,8%	8,7%	4,5%	2,3%	13,5%
14ª - RO e AC	9,5%	1,1%	10,0%	1,8%	2,5%	0,4%	18,4%	1,6%	12,8%	0,6%	7,7%	6,3%	8,3%	0,8%	18,3%
15ª - Campinas/SP	16,8%	4,1%	6,9%	2,3%	2,0%	0,4%	24,8%	1,5%	13,3%	0,5%	1,3%	3,7%	4,3%	1,6%	16,6%
16ª - MA	42,6%	2,0%	3,7%	0,6%	5,6%	0,3%	6,9%	2,5%	9,6%	0,5%	1,2%	2,7%	1,9%	0,4%	19,5%
17ª - ES	2,8%	1,0%	10,7%	3,0%	2,0%	0,2%	24,9%	2,3%	14,9%	0,8%	1,9%	8,3%	8,2%	3,3%	15,6%
18ª - GO	2,5%	1,9%	10,0%	3,5%	2,3%	0,8%	24,2%	1,0%	15,0%	0,7%	5,0%	3,9%	4,2%	2,3%	22,7%
19ª - AL	19,4%	3,4%	9,2%	3,5%	1,9%	0,6%	17,2%	2,2%	10,2%	0,6%	2,0%	7,0%	2,7%	1,5%	18,7%
20ª - SE	9,1%	1,3%	8,6%	4,4%	0,9%	0,8%	24,1%	7,5%	12,0%	0,4%	2,9%	4,2%	4,9%	1,2%	17,6%
21ª - RN	7,3%	0,9%	8,5%	2,9%	2,1%	0,8%	22,2%	1,7%	17,1%	0,8%	5,1%	6,2%	4,8%	3,8%	15,9%
22ª - PI	48,3%	1,4%	3,7%	2,7%	2,9%	0,3%	5,4%	0,7%	6,9%	0,6%	5,0%	2,4%	1,7%	0,3%	17,6%
23ª - MT	2,8%	3,9%	8,1%	2,1%	1,0%	0,3%	31,0%	7,7%	13,3%	0,5%	1,6%	3,3%	6,4%	1,3%	16,6%
24ª - MS	1,5%	6,0%	8,5%	4,0%	1,4%	0,7%	36,8%	0,9%	7,9%	0,5%	2,7%	4,5%	6,5%	1,1%	16,9%
Total	8,4%	1,8%	8,9%	3,6%	2,3%	0,8%	20,0%	2,5%	12,8%	0,6%	2,4%	6,7%	5,9%	2,0%	21,3%

Processos do TRT4 Recebidos no TST

Ano de 2017 a 2019 (até junho)

TST	2017	2018	2019 (até junho)
Recebidos	17.845	16.529	10.092

	2017	2018	2019 (até junho)
Empregado	18,63%	19,03%	16,63%
Empresa	81,37%	80,97%	83,37%
Recebidos	17.845	16.529	10.092

AIRRs do TRT (Julgados no TST)

Ano de 2017 a 2019 (até junho)

TST	2017	2018	2019 (até junho)
Providos (ainda que parcialmente)	1.259	1.257	592
Não Providos	10.625	9.527	4.424
Total de Decisões	11.884	10.784	5.016

RRs do TRT (Julgados no TST)

Ano de 2017 a 2019 (até junho)

TST	2017	2018	2019 (até junho)
Providos (ainda que parcialmente)	6.541	5.752	2.236
Não Provido	1.741	1.460	550
Total de Decisões	8.282	7.212	2.786

Atividades Econômicas no TRT 4

Alta Demanda	 Indústria	 Outros	 Serviços Diversos	 Comércio	 Sistema Financeiro
	23,5%	19,8%	12,4%	10,1%	6,8%
Demanda Mediana	 Administração Pública	 Transporte	 Serviços Urbanos	 Seguridade Social	 Comunicação
	5,4%	4,9%	4,4%	4,2%	2,4%
Baixa Demanda	 Educação, Cultura e Lazer	 Turismo, Hospitalidade e Alimentação	 Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	 Empresa de Processamento de Dados	 Serviços Domésticos
	2,1%	1,8%	0,7%	0,7%	0,6%

Processos Suspensos para exame do Tribunal Pleno – (Em Andamento)

PROCESSOS	RELATOR(A) / MINISTRO(A)	TEMA	DATA
ERR-10314-74.2015.5.15.0086	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho	RECURSO DE EMBARGOS. PROFESSOR. CARGA HORÁRIA SEMANAL. NÃO OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE ENTRE O TEMPO EM SALA DE AULA E AS ATIVIDADES EXTRACLASSE.	Suspenso na SbDI-I-Plena em 04.06.2019
ERR-10128-11.2016.5.15.0088	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho	RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL – EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE – FÉRIAS - PAGAMENTO DE SALÁRIOS E FÉRIAS PELO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL (SIAFI) – DECRETO Nº 3.589/2000 – PRAZO DO ART. 145 DA CLT – SÚMULA Nº 450 DO TST – INAPLICABILIDADE - DISTINGUISHING.	Suspenso na SbDI-I em 12.11.2018

Processos Suspensos para exame do Tribunal Pleno – (Em Andamento)

PROCESSOS	RELATOR(A) / MINISTRO(A)	TEMA	DATA
ArgInc-1225-60.2012.5.03.0023	Alexandre Luiz Ramos	Na decisão proferida pelo STF, há expressa determinação no sentido de submeter a análise da questão constitucional incidental ao órgão competente, sob o fundamento de que esta Quarta Turma já se posicionou pela declaração de inconstitucionalidade do § 1º do art. 25 da Lei 8.987/95. A partir da decisão proferida pelo STF, conforme o art. 276 do Regimento Interno do TST, é necessária a manifestação do Tribunal Pleno do TST, sobre a constitucionalidade, ou não, do § 1º do art. 25 da Lei 8.987/95.	Assim, determino o encaminhamento dos autos à Secretaria-Geral Judiciária para as providências cabíveis à formalização do Incidente.
ArgInc-534-74.2014.5.23.0005	Alexandre Luiz Ramos	Conforme decisão oriunda do Supremo Tribunal Federal, houve determinação expressa para que a autoridade reclamada submeta à análise do Tribunal Pleno a questão constitucional incidental, nos termos do art. 97 da Constituição Federal e da Súmula Vinculante n.º 10, partindo da premissa de que a Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho já se posicionou pela declaração de inconstitucionalidade. Declarou-se ali, portanto, ser imprescindível o pronunciamento do Tribunal Pleno sobre a inconstitucionalidade de lei, precisamente do art. 25 da Lei n.º 8.987/95, segundo inteligência do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal Superior, sendo tal decisão irrecurável.	Em, 02.04.2018



Processos Suspensos para exame do Tribunal Pleno – (Julgados)

PROCESSOS		TEMAS	OBSERVAÇÕES	JULGAMENTO
EEDRR	909-46.2011.5.20.0011	TRABALHO EM MINAS DE SUBSOLO. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO DE 6 HORAS. DESLOCAMENTO DA BOCA DA MINA ATÉ A FRENTE DE LAVRA. PRORROGAÇÃO DA JORNADA DIÁRIA EM RAZÃO DO DESLOCAMENTO. INTERVALO INTRAJORNADA. INDEVIDO. APLICAÇÃO DOS ARTS. 293 E 294 DA CLT.	O Tribunal Pleno decidiu, por unanimidade , conhecer do recurso de embargos por divergência jurisprudencial e, no mérito, por maioria , vencidos os Exmos. Ministros Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Cláudio Mascarenhas Brandão, Maria Helena Mallmann, Lelio Bentes Corrêa, Mauricio Godinho Delgado e Kátia Magalhães Arruda, dar-lhe provimento a fim de restabelecer o v. acórdão regional que excluiu da condenação as horas extraordinárias decorrentes da não concessão do intervalo intrajornada de uma hora.	20.05.2019
RO	10782-38.2015.5.03.0000	CABIMENTO OU NÃO DO DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA JURÍDICA PARA APRECIAR MATÉRIA ATINENTE À DESPEDIDA EM MASSA. "(REVISÃO DA OJ Nº 7 DA SDC E 130 DA SBDI-2)"	O Tribunal Pleno decidiu, por maioria, negar provimento ao recurso ordinário, mantendo a extinção do processo sem resolução do mérito por inadequação do dissídio coletivo de natureza jurídica em matéria de dispensa coletiva.	18.12.2017



Processos Suspensos para exame do Tribunal Pleno – (Julgados)

PROCESSOS	TEMAS	OBSERVAÇÕES	JULGAMENTO
EDEDArgInc	479-60.2011.5.04.0231 ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS CRÉDITOS TRABALHISTAS. EXPRESSÃO "EQUIVALENTES À TRD" CONTIDA NO ARTIGO 39 DA LEI Nº 8.177/91. RATIO DECIDENDI DEFINIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE POR ARRASTAMENTO. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. MODULAÇÃO DE EFEITOS. RESPEITO AO ATO JURÍDICO PERFEITO.	, rejeitar os embargos de declaração.	20.11.2017
EEDRR	68700-21.2006.5.02.0007 AÇÃO ANULATÓRIA DE ARREMATACÃO - APLICAÇÃO DO ARTIGO 896, § 2º, DA CLT E DA SÚMULA Nº 266 DO TST.	O Tribunal Pleno decidiu, por maioria, conhecer do recurso de embargos, por divergência jurisprudencial; e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento, fixando tese jurídica no sentido de que aplicam-se às ações anulatórias de arrematação ajuizadas em sede de execução, por versarem sobre matéria incidente ao processo de execução trabalhista, as restrições previstas no art. 896, § 2º, da CLT, em conformidade com a Súmula 266 desta Corte Superior.	20.02.2017



INCIDENTES DE RECURSOS REPETITIVOS (JULGADOS)

TEMA	Descrição Sucinta do Tema / Número Processo Paradigma	SITUAÇÃO DO TEMA
10	Direito de adicional de periculosidade, decorrente da exposição do empregado à radiação ionizante oriunda de equipamento de Raio-X móvel em emergências e salas de cirurgia. 1325-18.2012.5.04.0013	IRR julgado: 1/8/2019 Acórdão aguardando publicação - Certidão

INCIDENTES DE RECURSOS REPETITIVOS (JULGADOS)

TEMA	Descrição Sucinta do Tema / Número Processo Paradigma	SITUAÇÃO DO TEMA
13	<p>Interpretação de cláusulas de convenções coletivas de trabalho dos petroleiros, em que se assegurou o pagamento da parcela denominada "RMNR", matéria referente ao tema "Petrobrás. Complementação da Remuneração Mínima por Nível e Regime-RMNR. Base de Cálculo, Norma Coletiva. Interpretação. Adicionais Convencionais.</p> <p>21900-13.2011.5.21.0012 (Acórdão) 118-26.2011.5.11.0012 (Corre junto)</p>	<p>21900-13.2011.5.21.0012 IRR julgado: 21/6/2018</p> <p>Publicado o acórdão em 20/9/2018. 7/1/2019- publicado acórdão que negou provimento aos embargos declaratórios.</p> <p>OBS.: suspensão, por decisão do STF, os efeitos do julgamento do acórdão do TST que julgou o IRR, bem como as ações individuais, coletivas e as rescisórias que discutem a matéria (Medida Cautelar na Petição nº 7.755/DF).</p>

INCIDENTES DE RECURSOS REPETITIVOS (PENDENTES)

TEMA	Descrição Sucinta do Tema / Número Processo Paradigma
3	<ul style="list-style-type: none">- Honorários Advocatícios sucumbenciais.- 341-06.2013.5.04.0011- (Recursos não suspensos nos TRTs e no TST - decisão - disponibilizada no DEJT de 30/06/2016)
8	<ul style="list-style-type: none">- Agente de Apoio Socioeducativo da Fundação Casa. Adicional de Insalubridade. Laudo Pericial. Súmula 448, I, do TST.- 1086-51.2012.5.15.0031- (Recursos suspensos nos TRTs e recursos de revista e embargos suspensos no TST - decisão disponibilizada no DEJT de 1/9/2017)

INCIDENTES DE RECURSOS REPETITIVOS (PENDENTES)

TEMA	Descrição Sucinta do Tema / Número Processo Paradigma
9	<p>Repouso semanal remunerado - RSR - integração das horas extraordinárias habituais - repercussão nas demais parcelas salariais - bis in idem - edição de Súmula do TRT da 5ª Região contrária a jurisprudência iterativa e notória do Tribunal Superior do Trabalho (Orientação Jurisprudencial 394 da SBDI-I do TST).</p> <p>10169-57.2013.5.05.0024</p> <p>(Recursos suspensos nos TRTs - decisão disponibilizada no DEJT de 25/4/2017)</p>
11	<p>- Validade da dispensa do empregado em face de conteúdo de norma interna da empresa WMS, que previu no programa denominado 'Política de Orientação para Melhoria' procedimentos específicos que deveriam ser seguidos antes da dispensa de seus trabalhadores.</p> <p>- 872-26.2012.5.04.0012</p> <p>(Recursos suspensos nos TRTs e agravos de instrumento, recursos de revista e embargos suspensos no TST - decisão disponibilizada no DEJT de 19/12/2017)</p>

REPERCUSSÃO GERAL ADI/ADPF

2ª TURMA/TST - sobrestados

**PROCESSOS SUSPENSOS
IRR / IAC / REPERCUSSÃO GERAL**

Total: 2.801 processos



INCIDENTES DE RECURSOS REPETITIVOS PENDENTES - 2ª TURMA/TST

TEMA	Descrição Suscita, Processo Paradigma	Qtde. na 2ª Turma
8	Agente de Apoio Socioeducativo da Fundação Casa. Adicional de Insalubridade. Laudo Pericial. Súmula 448. L do TST. 1086-51.2012.5.15.0031	29
9	Repouso semanal remunerado - RSR - integração das horas extraordinárias habituais - repercussão nas demais parcelas salariais - bis in idem - edição de Súmula do TRT da 5ª Região contrária a jurisprudência iterativa e notória do Tribunal Superior do Trabalho (Orientação Jurisprudencial 394 da SBDI-I do TST). 10169-57.2013.5.05.0024	383
11	Validade da dispensa do empregado em face de conteúdo de norma interna da empresa WMS. que previu no programa denominado Política de Orientação para Melhoria' procedimentos específicos que deveriam ser seguidos antes da dispensa de seus trabalhadores. 872-26.2012.5.04.0012	20

INCIDENTES DE RECURSOS REPETITIVOS PENDENTES - 2ª TURMA/TST

TEMA	Descrição Suscita, Processo Paradigma	Qtde. na 2ª Turma
15	Possibilidade de cumulação do Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa - AADC com o 'Adicional de Periculosidade' . previsto no § 4o do art. 193 da CLT aos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. que desempenham a função de carteiro motorizado (Função Motorizada MI e MV). utilizando-se de motocicletas. 1757-68.2015.5.06.0371	82
16	Adicional de Periculosidade. Artigo 193. inciso H da CLT. Fundação Casa. Agente de .Apoio Socioeducativo. Atividades e Operações Perigosas. Anexo 3 da NR 16 (Portaria 1.885/2013 -Ministério do Trabalho). 1001796-60.2014.5.02.0382	63

INCIDENTES DE RECURSOS REPETITIVOS PENDENTES - 2ª TURMA/TST

TEMA	Descrição Suscita, Processo Paradigma	Qtde. na 2ª Turma
17	Cumulação de Adicionais de Periculosidade e de Insalubridade amparados em fatos geradores distintos e autônomos. 239-55.2011.5.02.0319	44
13	Interpretação de cláusulas de convenções coletivas de trabalho dos petroleiros, em que se assegurou o pagamento da parcela denominada RMNR", matéria referente ao tema "Petrobrás. Complementação da Remuneração Mínima por Nível e Regime-RMNR. Base de Cálculo. Norma Coletiva. Interpretação. Adicionais Convencionais. 21900-13.2011.5.21.0012 (Acórdão) 118-26.2011.5.11.0012 (Corre junto) 7/1/2019- publicado acórdão que negou provimento aos embargos declaratórios. OBS.: suspensão, por decisão do STF. os efeitos do julgamento do acórdão do TST que julgou o IRR. bem como as ações individuais, coletivas e as rescisórias que discutem a matéria (Medida Cautelar na Petição nº 7.755/D)	<p>Distribuídos 366</p> <p>A Redistribuir 5</p> <p>Total 371</p>

INCIDENTES DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA PENDENTES - 2ª TURMA/TST

TEMA	Descrição Suscita, Processo Paradigma	Qtde. na 2ª Turma
2	Gestante. Trabalho Temporário. Lei 6.019/1974. Garantia Provisória Emprego. Súmula 244., item III do TST. (aguardando delimitação o Relator) 563-31.2013.5.12.005 (Recursos suspensos nos TRTs e agravos de instrumento, recursos de revista e embargos suspensos no TST – decisão disponibilizada no DEJT de 6/10/2017	23

INCIDENTES DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA PENDENTES - 2ª TURMA/TST

TEMA	Descrição Suscita, Processo Paradigma	Qtde. na 2ª Turma
2	Gestante. Trabalho Temporário. Lei 6.019/1974. Garantia Provisória Emprego. Súmula 244., item III do TST. (aguardando delimitação o Relator) 563-31.2013.5.12.005 (Recursos suspensos nos TRTs e agravos de instrumento, recursos de revista e embargos suspensos no TST – decisão disponibilizada no DEJT de 6/10/2017	23

REPERCUSSÃO GERAL ADI/ADPF

2ª TURMA - sobrestados

TEMA	Descrição Suscita, Processo Paradigma	Qtde. na 2ª Turma
146	Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista" (ARE 1121633)	6
246	Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento	1
810	Terceirização - Atividade fim TEMA 810 - Validade da correção monetária e dos juros nas condenações da Fazenda Pública - art. 1º F da Lei 9494/97	33
992	Questões afetas de seleção e admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, pessoa de dir. privado.	10

REPERCUSSÃO GERAL ADI/ADPF

2ª TURMA/TST - sobrestados

TEMA	Descrição Suscita, Processo Paradigma	Qtde. na 2ª Turma
1016	EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DOS PLANOS ECONÔMICOS EM DEPÓSITOS JUDICIAIS	5
1022	Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de soc. de econ. mista.	129
1046	Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado na Constituição Federal ADI 5766 - Ausência injustificada da parte reclamante beneficiária da justiça gratuita à audiência inicial	81
739	Terceirização Ilícita – Atividade Fim	1495
ADPF-323	ADPF 323 MC/DF	11
ADI-766	Ausência injustificada da parte reclamante beneficiária da justiça gratuita à audiência inicial	1
Rcl	Reclamação	10
	CDC (ACP)	04

REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST

Tema	REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST	Qtde
528	Recepção do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para o trabalhador mulher antes do serviço extraordinário, pela Constituição Federal/88.	649
1022	Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.	413
106	a) Execução. Competência da Justiça do Trabalho. Efeitos da decisão exequenda após a instituição do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais b) Execução. Inexigibilidade do título. Planos econômicos. Aplicação do art. 884, § 5º, da CLT.	411
32	Entidade beneficente de assistência social. Imunidade de contribuições sociais. Art.195, § 7º da CF.	378
1046	Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.	307

REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST

Tema	REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST	Qtde
222	Isonomia entre trabalhador avulso portuário e trabalhador portuário com vínculo empregatício permanente. Extensão do adicional de risco portuário ao trabalhador avulso.	274
932	Possibilidade de responsabilização objetivado empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho.	228
841	Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, XXXV e XXXVI, e 60, § 4º, da Constituição Federal, a constitucionalidade do § 2º do art. 114 da Lei Maior, na redação dada pela EC 45/2004, que condiciona o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica à existência de comum acordo entre as partes	200
137	Prazo de oposição de Embargos à Execução pelo ente público. Ampliação de 5 para 30 dias. Art. 4º da MP nº 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-B à Lei nº 9.494/97 e art. 730, do CPC.	186
100	Execução de sentença. Inexigibilidade do título. Arts. 741, II e parágrafo único do CPC, 884, § 5º da CLT e 10 da MP nº 2.180-35/2001.	165



REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST

Tema	REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST	Qtde
739	Recurso extraordinário em que se discute, à luz da Súmula Vinculante 10 e dos arts. 5º, II e LIV; 97; 170, III, e 175 da Constituição federal, a possibilidade de utilização da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho para se reconhecer vínculo empregatício entre trabalhador terceirizado e empresa concessionária de serviços de telecomunicação, afastando-se a aplicação do art. 94, II, da Lei federal 9.472/1997, sem observância da cláusula de reserva de plenário	80
679	Validade da exigência do depósito recursal como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário na Justiça do Trabalho.	77
542	Gestante. Estabilidade e licença maternidade. Contrato por prazo determinado. Arts. 7º, XVIII, da CF e 10, II, b" do ADCT.	75
545	Extensão da estabilidade excepcional do art. 19 do ADCT a empregados de fundação privada.	70
488	Representatividade sindical de micro e pequenas indústrias artesanais.	65

REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST

Tema	REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST	Qtde
246	Responsabilidade subsidiária. Entes da administração pública. Súmula/TST 331, IV. Art. 71 da Lei nº 8.666/93.	52357
725	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 2º, 5º, II, XXXVI, LIV e LV, e 97 da Constituição federal, a licitude da contratação de mão-de-obra terceirizada, para prestação de serviços relacionados com a atividade-fim da empresa tomadora de serviços, haja vista o que dispõe a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho e o alcance da liberdade de contratar na esfera trabalhista.	2432
149	a) Complementação de aposentadoria prevista em lei estadual. Competência da Justiça do Trabalho; b) Complementação de aposentadoria prevista em lei estadual. Competência da Justiça do Trabalho. FEPASA.	1789
383	Equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados de tomadora de serviços integrante da Administração Pública. Princípio da isonomia.	1565
606	a) Acumulação de proventos com vencimentos de empregados públicos, considerados os efeitos da aposentadoria espontânea b) Competência da Justiça do Trabalho. Aposentadoria espontânea. Rescisão do contrato de trabalho. Reintegração de empregados públicos. Possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos c) Aposentadoria espontânea. Empregado público. Acumulação. Proventos. Vencimentos.	1381

REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST

Tema	REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST	Qtde
19	Vencimentos do servidor público. Direito à reposição do poder aquisitivo. Indenização por ato omissivo. Alcance do inciso X do art. 37, CF.	57
810	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 102, caput, I, e 195, § 5º, da Constituição Federal, a validade, ou não, da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre condenações impostas à Fazenda Pública segundo os índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança (Taxa Referencial -TR), conforme determina o art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.	53
992	Discussão quanto à competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado.	40
112	Execução contra a Fazenda Pública. Precatório expedido antes da EC-37/2002. Conversão em requisição de pequeno valor.	34
390	Reserva de lei complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal.	27

REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST

Tema	REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST	Qtde
935	Inconstitucionalidade da contribuição assistencial imposta aos empregados não filiados ao sindicato, por acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença.	17
877	Submissão dos conselhos de fiscalização profissional à execução pelo regime de precatórios.	9
452	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	9
550	Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar lides relativas a contrato de representação comercial.	8
638	Dissídio coletivo. Demissão em massa dos empregados. Necessidade de negociação prévia com o sindicato obreiro.	6



REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST

Tema	REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST	Qtde
598	Sequestro de verbas públicas para pagamento de crédito a portador de moléstia grave sem observância à regra dos precatórios	6
558	Recurso extraordinário em que se discute a constitucionalidade, ou não, dos §§ 9º e 10 do art. 100 da Constituição Federal (incluídos pela EC 62/2009), que instituíram a compensação de precatórios com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.	5
505	Competência da Justiça do Trabalho. Contribuições sociais. Sentença anterior à EC-20/98.	5
980	Discussão alusiva à intangibilidade da coisa julgada quanto aos juros estabelecidos em processo de conhecimento ou em execução contra a Fazenda Pública e, ainda, sobre a possibilidade de limitação dos efeitos pecuniários da condenação ao advento do regime jurídico único (RJU).	4
28	Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa antes do trânsito em julgado.	4

REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST

Tema	REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST	Qtde
897	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.	3
709	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 5º, XIII; 7º, XXXIII, e 201, § 1º, da Constituição federal, a constitucionalidade do § 8º do art. 57 da Lei 8.213/1991, que veda a percepção do benefício da aposentadoria especial pelo segurado que continuar exercendo atividade ou operação nociva à saúde ou à integridade física.	3
808	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 97 e 153, III, da Constituição Federal, a constitucionalidade dos arts. 3º, § 1º, da Lei 7.713/1988 e 43, II, § 1º, do Código Tributário Nacional, de modo a definir a incidência, ou não, de imposto de renda sobre os juros moratórios recebidos por pessoa física.	2
624	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	2
364	Titularidade do produto da arrecadação do imposto de renda incidente sobre complementação de aposentadoria paga por autarquia estadual.	2

REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST

Tema	REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST	Qtde
850	Legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos relacionados ao FGTS, tendo em vista a vedação contida no art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985.	1
792	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 5º, caput e XXXVI, e 6º, caput, da Constituição Federal e do art. 87, I, do ADCT, a incidência, ou não, da Lei distrital 3.624/2005 que reduziu de 40 para 10 salários mínimos o teto para expedição de requisição de pequeno valor nas execuções já iniciadas.	1
556	Professor. Demissão imotivada. Inobservância de norma regimental que prevê a necessidade de prévia instauração de inquérito administrativo.	1
521	Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos.	1
519	Sequestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009.	1



REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST

Tema	REPERCUSSÃO GERAL - MATÉRIAS SOBRESTADAS CREC - TST	Qtde
481	Direito de brasileiro contratado no exterior como "auxiliar local," antes da Constituição Federal de 1988, ao regime jurídico estabelecido pela Lei 8.112/90.	1
395	Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.	1
361	Execução. Precatório. Cessão de direito. Transmutação da natureza do precatório de alimentar para normal.	1
265	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	1

